

R C & C

REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

A RELEVÂNCIA DO CONTROLE CONTÁBIL PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS

The Relevance of Accounting Control for Agribusiness Development in Small and Medium Rural Properties

Recebido em 23.10.2010 | Aceito em 28.01.2011 | 2ª versão aceita em 28.04.2011

Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por um avaliação *double blind review*

ELZA HOFER

Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica - FECAP-SP | Professora e Pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE | Campus de Marechal Cândido Rondon – PR | Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUCPR | Rua Colombo, 1720 | Marechal Cândido Rondon–PR| CEP 85960-000 | Tel (45) 99190292 | elza_hofer@uol.com.br e hofer@unioeste.br |

VICENTE PACHECO

Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC | Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela USP | Professor do Programa de Mestrado em Contabilidade e Finanças – UFPR| Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632 - Campus III – Jardim Botânico |Curitiba–PR | CEP 80210-170 | Fone: (41) 33604342 | vpacheco@ufpr.br|

ALCEU SOUZA

Doutor em Administração (EAESP/FGV) | mestrado em Systems Design - University of Waterloo - Ontário - Canadá e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular do PPAD/PUCPR |Rua 24 de Maio 980 | Curitiba PR | 80230-050 |Tel. (41) 99820155 | alceu.souza@pucpr.br |

ROBERTO MAX PROTIL

Professor da PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná | Dr. Rer. Pol. em Ciências Sócio-Econômicas, pela Georg-August Universität Göttingen, R.F. da Alemanha. Email: roberto.protil@pucpr.br| Tel. +55(41)3271-1634|

RESUMO

O presente estudo teve por o objetivo verificar a aderência à utilização de controles pelos gestores do agronegócio de pequenas e médias propriedades rurais para a gestão de suas atividades. A questão norteadora deste estudo era se os gestores das pequenas e médias empresas rurais utilizam de controles na gestão de suas atividades para tomar decisões ao realizarem investimentos. A pesquisa teve um caráter exploratório descritivo e os dados foram coletados por meio de questionários aplicados a pequenos e médios produtores rurais da região oeste do estado do Paraná. Os resultados evidenciam que poucos produtores utilizam controles para a gestão de suas atividades. Constatou-se que ainda há uma resistência muito grande para adotar a contabilidade como ferramenta de gestão. Conclui-se, portanto, que há necessidade de uma maior conscientização dos pequenos e médios produtores rurais quanto aos benefícios que o gerenciamento contábil poderia trazer para o sucesso das suas atividades agropecuárias.

Palavras-chave: agronegócio, custos, controle contábil, planejamento agrícola.

ABSTRACT

The present study aimed to verify adherence to the use of controls by agribusiness managers of small and medium-sized farms to manage their activities. As a key question: Do managers of small and medium rural enterprises use controls in the management of its activities to make decisions when making investments? This is a descriptive exploratory research where data was collected through questionnaires applied to small and medium rural producers. The results show that few producers use controls to manage its activities. It was found that there is still a very great resistance to adopt the accounts as a tool for management activities. In this context, it means that a better explanation about what is cost accounting would be useful to show the importance of accounting as a management tool for agricultural activities.

Keywords: agribusiness, costs, accounting control, agricultural planning.

1 INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária contribui significativamente para o desenvolvimento econômico e social do mundo, pois gera emprego e renda para um grande número de pessoas. Além disso, na grande maioria é desenvolvida em regime familiar, possibilitando que todos possam usufruir do retorno de seu próprio negócio. No Brasil, a situação é idêntica, por ser um país com grande extensão territorial e condições climáticas favoráveis, o agronegócio

encontra um vasto campo para desenvolver com êxito, diferentes culturas. Grande parte da mão-de-obra empregada é familiar, predominando as pequenas propriedades.

Para Portugal, (2004), a agricultura familiar é constituída de pequenas e médias propriedades e, representa a maioria dos produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a representar até 60% da produção global.

Em geral, os proprietários são agricultores com pouca qualificação que diversificam o cultivo de culturas para diluir os custos e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Porém, ainda existem poucos incentivos e subsídios disponibilizados pelo Governo Federal, para o setor agropecuário que contribui significativamente para a economia e arrecadação de impostos da nação.

Na atual conjuntura econômica, os empresários rurais estão enfrentando dificuldades para manterem-se no campo, em função das constantes oscilações dos preços dos produtos agropecuários, influenciados por fatores de ordem econômica, tais como: câmbio, lei da oferta e da procura, e também fatores ambientais, como as estiagens, geadas, temporais, entre outros, que direta ou indiretamente afetam a agropecuária em geral.

Considerando que a atividade do agronegócio da pequena propriedade rural é significativa tanto para a economia brasileira quanto para o aspecto social e que, a tendência é que ela cresça e continuará sendo importante em função da necessidade da produção de alimentos com qualidade para o ser humano. Concomitante ao crescimento das empresas agropecuárias surge à necessidade de uma gestão eficaz. Para que isto ocorra se faz necessária uma correta informação, alcançada por meio de um maior controle, conforme Martins (2003, p. 323), “controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser e tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção”.

Diante do exposto, o presente estudo busca responder a seguinte questão: **os gestores das pequenas e médias empresas rurais utilizam controles na gestão de suas atividades ao tomar decisões de investimentos?** Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é verificar a aderência a utilização de controles pelos gestores do agronegócio de pequenas e médias propriedades rurais para a gestão de suas atividades. Por meio de objetivos específicos, busca-se estudar controles para a gestão das atividades; pesquisar o agronegócio em pequenas e médias empresas rurais e verificar as linhas de créditos disponibilizadas para realizar investimentos em pequenas e médias propriedades rurais, especificamente o PRONAF.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de criar mecanismos para auxiliar os gestores no gerenciamento de suas atividades, visando à continuidade e o crescimento das pequenas e médias propriedades rurais. A necessidade de elaborar políticas agrícolas que propiciem condições para manter os pequenos e médios produtores rurais nas suas atividades é outro fator relevante para o bom desempenho destes. Evitar o êxodo rural significa menos problemas sociais, uma vez que estes não possuem qualificação para desenvolver atividades ligadas à vida urbana. A ausência de estudos nesta área também

justifica o presente estudo, visto que novos estudos poderão contribuir para o acréscimo de conhecimento nesta área bem como apresentar soluções que melhorem a gestão das pequenas e médias propriedades rurais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Num primeiro momento fez-se uma revisão teórica sobre controles para a gestão de negócios. Em seguida, discorre-se sobre a gestão do agronegócio em pequenas e médias propriedades rurais. Por último são abordados o crédito agrícola e linhas de crédito disponibilizadas para as pequenas e médias propriedades rurais com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

2.1 CONTROLES PARA A GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

A contabilidade tem por objetivo estudar e analisar a situação patrimonial da empresa. Calderelli (2003, p.170) afirma que a contabilidade “é o conjunto das leis, normas e princípios, com a finalidade de estudar e registrar todos os atos e fatos ligados a uma empresa administrada”. Para Ludícibus e Marion (2002, p. 53), o objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de “fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

De acordo com Atkinson *et al.* (2000, p. 37), a contabilidade financeira “lida com a elaboração e a comunicação de informações econômicas de uma empresa dirigida a uma clientela externa: acionistas, credores (bancos, debenturistas e fornecedores), entidades reguladoras e governamentais tributárias”. A contabilidade financeira está presente em todas as rotinas empresariais e deve obedecer a legislação vigente.

A contabilidade financeira, muitas vezes, não consegue atender às necessidades que os administradores têm de informações, pois está presa às rotinas contábeis por exigências da Legislação. Horngren (1989, p. 22) declara que “a contabilidade tem por finalidade apenas as necessidades legais ou se limita a compilar relatórios para fins externos, serve basicamente às finalidades financeiras, e sua maior utilidade para a administração desaparece”.

Com o passar do tempo e a evolução das empresas a necessidade de controles para e informações para a tomada de decisão acerca dos negócios cresceu, surgindo então diversos ramos para os quais a contabilidade é aplicada, como: contabilidade de custos. Martins (2003), a contabilidade de custos nasceu da contabilidade financeira quando da necessidade de avaliar estoques na indústria. No início do século XIX, com a revolução industrial. O objetivo foi utilizar a contabilidade de custos na resolução dos problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado como um instrumento de administração.

Portanto, a contabilidade de custos serve como instrumento de grande importância para as empresas. Nas atividades rurais, ela também é fundamental. De acordo com Valle

(1987, p. 102), “nas atividades rurais, o custo da produção compreende o conjunto de todas as despesas que devem ser suportadas para a obtenção dos produtos”. Leone (1997, p. 19) afirma que “a contabilidade de custos é o ramo da contabilidade destinada a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade”, o que vem a confirmar sua utilização como ferramenta de gestão e controle.

A literatura especializada sobre a contabilidade de custos fornece vários conceitos e independentemente de qual deste seja utilizado, o mais importante é que ela auxilia a administração no processo de tomada de decisões, de avaliações das atividades realizadas, do controle operacional e planejamento das atividades futuras do negócio. Martins (2003, p. 22) assegura que “o conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável; ou, se não rentável, se é possível reduzi-los (os custos)”. Assim, a Contabilidade vem criando sistemas de informações que permitam melhorar o gerenciamento dos Custos e controle para a gestão dos negócios.

A contabilidade proporciona por meio de relatórios, informações adicionais que, extraídas da contabilidade financeira, possibilitam agilidade nas decisões e ações com maior eficiência e eficácia. Conforme explica Bio (1996, p. 21), “a eficácia diz respeito a resultados, a produtos decorrentes de uma atividade qualquer. Trata-se da escolha da solução certa para determinado problema ou necessidade. A eficiência diz respeito a método, o modo certo de fazer as coisas”. Para Cassarro (1994, p. 26), “o que movimenta a empresa e lhe dá dinamismo, é o conjunto de seus sistemas de informações”, os quais entendem-se como essenciais para a tomada de decisões.

Segundo Sell (2004 p. 15), “na busca por informações mais acuradas a contabilidade gerencial assume o papel de oferecer elementos que traduzam a performance da organização, buscando as informações na contabilidade financeira”. Para Atkinson *et al.* (2000, p. 360), a contabilidade gerencial é um “processo de produzir informação operacional e financeira para funcionários e administradores. O processo deve ser direcionado pelas necessidades informacionais dos indivíduos internos da empresa e deve orientar suas decisões operacionais e de investimentos”. Oliveira (2001, p. 39), afirma que “gerencial é o processo administrativo (planejamento, organização, direção e controle) voltado para resultados”, sendo assim, gerenciamento não acontece sem agir e para existir a ação são necessárias as informações.

Planejar é estabelecer com antecedência as ações que serão executadas, estimar os recursos a serem empregados e definir as correspondentes atribuições de responsabilidades em relação a um período futuro determinado para que sejam alcançados os objetivos fixados para uma empresa. Para Nepomuceno (2004, p. 91), “o orçamento é uma ferramenta de aperfeiçoamento da administração na atividade rural, que permite trabalhar com os olhos voltados para o que vai acontecer”.

A tarefa essencial da administração consiste em manipular as combinações de fluxos planejados de entradas e saídas através do processo administrativo, realizando um exame prévio da viabilidade da empresa. Essa avaliação antecede a fixação de objetivos mais específicos, como os inerentes ao ramo ou atividades na qual a empresa enquadra-se. Oliveira (2001, p. 37), afirma que “o propósito básico da informação é o de habilitar a empresa a alcançar seus objetivos pelo uso eficiente dos recursos disponíveis, nos quais se

inserem pessoas, materiais, equipamentos, tecnologia, dinheiro, além da própria informação”.

Da mesma maneira, se faz necessário uma definição quanto à estrutura organizacional, com um controle de produção e um estabelecimento de funções e responsabilidades que englobem as atividades envolvidas. Dessa forma, é possível avaliar os resultados obtidos, e, por conseguinte o verdadeiro custo de produção que serve de controle para a gestão. A atividade rural representa uma parcela significativa na economia brasileira e a grande maioria é desenvolvida em regime de agricultura familiar. Para Guanziroli et. al.(1996),

a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Bateman e Snell (1998) expressa que a gestão de uma empresa se caracteriza por um processo que busca concretizar objetivos organizacionais, por meio do trabalho com pessoas e recursos. Sendo que as principais funções a desempenhar são a implementação do planejamento e o controle das atividades.

A contabilidade Rural, como o próprio nome já diz, nada mais é senão a contabilidade geral aplicada à atividade rural. Ela tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa rural que, tem como objeto o comércio ou indústria da agricultura e/ou a pecuária. A contabilidade rural, dentro do sistema de informações da empresa rural, auxilia sobremaneira na geração de informações para o planejamento e o controle das atividades e, por conseqüência, na sua estrutura. Quer seja na apresentação das informações, quer no registro e avaliação, ela deverá atender a essa finalidade.

O empresário é o próprio produtor rural, pessoa física ou jurídica; a atividade econômica organizada é o intercâmbio de bens e serviços e o estabelecimento é o local onde se desenvolve essa atividade. Para Crepaldi (2005 p. 23), “a propriedade rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação do gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda”.

Segundo Marion (2002, p. 24), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. A agricultura representa toda atividade de exploração da terra, seja tal atividade a produção vegetal (atividade agrícola), animal (atividade zootécnica) e/ou indústrias rurais (atividade agroindustrial). Pode-se citar como exemplos de empresas agropecuárias uma granja avícola, criação de suínos, cultivo de hortaliças, grande plantação de soja, etc (MARION, 2002).

Santos e Marion (1996, p. 21), afirmam que “a agricultura será tão mais próspera quanto maior for o domínio que o homem venha a ter sobre o processo de produção, que se obterá na medida do conhecimento acerca das técnicas de execução e gerência”. De maneira geral, o gerenciamento das atividades rurais poderia gerar melhores resultados, caso seus administradores aproveitassem as ferramentas oferecidas pela contabilidade.

Por fim, Crepaldi (2005) comenta que a finalidade da contabilidade rural é orientar as operações realizadas nas atividades agropecuárias; medir e controlar o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva; apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção das vendas e investimentos; auxiliar nas projeções de fluxos de caixa que propiciem o desempenho da empresa, comparativamente com outras; conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família; justificar a liquidez e a capacidade de pagamento junto aos credores.

2.2 CRÉDITO AGRÍCOLA E LINHAS DE CRÉDITO DISPONIBILIZADAS PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS

O crédito rural surgiu no Brasil na década de sessenta, com uma filosofia própria e diferente das demais linhas de financiamento praticadas pelos agentes financeiros. Especificamente, com o advento da Lei 4.829 de 5 de novembro de 1965, foi institucionalizado o crédito rural para atingir os seguintes objetivos, conforme pode ser observado no artigo 3º:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para o armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente, pequenos e médios; e
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo;

A partir de então, o setor agropecuário nacional passou a ter a sua disposição verbas destinadas ao custeio e à comercialização dos seus produtos, e isto dentro do princípio da oportunidade ditado pela própria atividade, conforme mencionado acima. Em 1995, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que é um programa do governo federal destinado a atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

O PRONAF tem por objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

O PRONAF apresenta uma série de vantagens para o produtor como a obtenção de financiamentos e investimentos com encargos e condições adequadas a realidade da

agricultura familiar de forma ágil e sem custos adicionais bem como o aumento de renda mediante a melhoria de produtividade, melhoria de condições do produtor e sua família, entre outros.

O PRONAF também apresenta vantagens para o país como maior oferta de alimentos, principalmente aqueles que compõem a cesta básica, como feijão, arroz, mandioca, milho, trigo e leite. Além disso, estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida.

Para a obtenção de financiamentos é necessário que os produtores atendam algumas características tais como:

(a) explorarem terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; b) residam na propriedade ou em local próximo; c) possuam, no máximo 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária); d) tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento; e) tenham renda bruta anual no máximo R\$ 110.000,00. No Quadro 1 transcrevem-se as informações sobre as condições do financiamento como: linhas grupos que se enquadram, piso, teto, encargos financeiros.

Quadro 1 - Linhas, grupos, faixas e limites de financiamento, Pronaf safra 2010/2011

Linhas e Grupos	Faixa I	Faixa II	Faixa III
Microcrédito Rural		Até R\$ 2 mil por operação. Juros: 0,5% a.a. Bônus de adimplência: 25% até os primeiros R\$ 4 mil. A produção de artesanato pode ser financiada em operação de custeio.	
Pronaf Custeio à Agricultura Familiar	Até R\$ 10 mil. Juros: 1,5% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil. Juros: 3% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 50 mil. Juros: 4,5% a.a.
Pronaf Investimento à Agricultura Familiar	Até R\$ 10 mil. Juros: 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil. Juros: 2% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 50 mil. Juros: 4% a.a.

Fonte: Plano safra da agricultura familiar 2010/2011.

Além das informações já mencionadas, os produtores também devem preencher a Declaração de Aptidão ao PRONAF, nos respectivos órgãos competentes. O referido documento deverá ser assinado de acordo com a legislação vigente que é emitida para identificar a unidade familiar dos beneficiários, sendo obrigatórias as informações do casal responsável pelo sustento da família.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Município de Marechal Cândido Rondon-PR, define pequeno produtor como “aquele que detém de 01 a 71,9 hectares, médio produtor de 72 a 269,9 hectares e grande produtor é aquele que possui acima de 270 hectares”, considera também que um módulo de terra é igual a 18 hectares.

3 METODOLOGIA

A classificação da pesquisa quanto aos objetivos caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Conforme Beuren (2006), o estudo se caracteriza como pesquisa exploratória quando há pouco conhecimento sobre a temática abordada. Portanto, o estudo exploratório objetiva aprofundar os conhecimentos sobre o assunto de modo a torná-lo mais claro. Para Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Quanto aos procedimentos classifica-se em pesquisa de levantamento, e quanto à abordagem do problema caracteriza-se como pesquisa qualitativa e quantitativa.

Os dados foram coletados por meio de questionários com base em uma amostra extraída de forma induzida e complementados com revisão bibliográfica. Sendo que o objetivo foi pesquisar pequenos e médios produtores da região oeste do estado do Paraná, que buscaram financiamentos para mais de uma cultura durante os cinco anos.

O questionário aplicado aos produtores contém vinte questões fechadas, com opção de respostas alternativas que guardam correlação com o a questão inicialmente apresentada. Buscou-se, informações sobre o perfil da propriedade, dados sobre o produtor, área cultivada, origem do patrimônio. Também se buscou, informações sobre os controles existentes para a gestão das atividades da propriedade rural.

A primeira questão objetiva informações sobre a origem do patrimônio tais como: se adquiriu o imóvel, se obteve por meio de herança, ou parte por herança e parte financiada, ou parte herança e parte com recursos próprios, ou ainda, se adquiriu o imóvel com recursos próprios. As questões 2 a 4 buscam informações sobre o tempo de atuação dos agricultores na atividade, composição fundiária e número de pessoas que atuam, residem na propriedade rural.

As questões 5 e 6 buscam informações sobre o gênero, idade e grau de instrução dos filhos dos proprietários e dos respectivos proprietários. As questões 7 a 9 objetivam informações sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas na propriedade, renda dos agricultores e se tem acesso a internet na sua propriedade e/ou casa. A 10ª questiona os agricultores se é feito planejamento para a diversificação de culturas, quais são os critérios utilizados para fazer a diversificação de culturas e como é feito o controle dos gastos com a produção de cada atividade.

As questões 11 a 14 abordam o uso da assessoria contábil na gestão da propriedade, quem presta esse serviço, se é contador próprio ou por meio de escritório de contabilidade. E, ainda, para quem a utiliza quais foram os benefícios que esta trouxe. Busca também, informações junto aos produtores que não a utilizam se tem interesse em utilizá-la. As 15 e 16 buscam informações sobre forma como ocorreu o aumento patrimonial dos proprietários nos últimos dez anos e se estes possuem um sistema de custos integrado a contabilidade. E as questões 17 as 20 coletam dados sobre a obtenção de recursos para investimentos na sua propriedade tais como: se buscou recursos, porque buscaram esses recursos, quais foram os períodos que buscou recursos nos últimos cinco anos e em que atividades investiram-os.

Os dados foram coletados junto aos produtores rurais do município de Marechal Cândido Rondon e região que estavam dispostos a responder os questionários. Foram entrevistados 50 produtores rurais, sendo que, 98% são homens e apenas 2% são mulheres. Destes, 64% cursaram o equivalente a 1º grau, 28% dos entrevistados possuem escolaridade equivalente a 2º grau e apenas 8% cursaram 3º grau. A faixa etária média dos entrevistados foi de 49 anos.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação à origem do patrimônio, 21,15% dos entrevistados teve seu patrimônio oriundo de herança recebida de seus pais; outros 48,07% receberam parte do patrimônio através de herança da família e aumentaram o mesmo através da renda da própria atividade; 3,85% obtiveram a propriedade por parte de herança e também através de financiamentos; 23,08% dos entrevistados obtiveram o seu patrimônio com recursos próprios e outros 3,85% obtiveram o patrimônio por outras formas, sendo justificados por doações, empréstimos de parentes próximos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Origem do patrimônio

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Parte herança e renda da própria atividade	48,07
Recursos próprios	23,08
Herança	21,15
Parte herança e parte financiamento	3,85
Outros	3,85
Total	100

A maioria dos produtores entrevistados: 87,76%, disseram que atuam a mais de 20 anos na atividade rural; 2,04% atuam entre 15 e 20 anos; 8,16% disseram atuar de 10 a 15 anos na atividade rural e 2,04% atuam de 05 a 10 anos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Tempo de atuação na agricultura

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Menos de 1 ano	–
01 a 5 anos	–
5 a 10 anos	2,04
10 a 15 anos	8,16
15 a 20 anos	2,04
Mais de 20 anos	87,76
Total	100

Verificou-se que 12% dos produtores possuem uma área de até 10 hectares; um número significativo de proprietários, 40,00% possui área entre 10 a 20 hectares; 24,00% possuem entre 20 a 50 hectares; 16,00% de 50 a 100 hectares e 8,00% mais de 100 hectares, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Área em hectares das propriedades

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Menos de 10 ha	12,00
10 a 20 ha	40,00
20 a 50 ha	24,00
50 a 100 ha	16,00
Mais de 100 ha	8,00
Total	100

A maioria das famílias residentes na propriedade rural é constituída de até 3 pessoas. Estes entrevistados juntos possuem num total de 113 filhos, sendo uma média de idade de 23 anos, sendo que destes, 41,60% são homens e 58,40% são mulheres. Dos filhos, 25,00% deles possuem grau de instrução inferior ou equivalente ao 1º grau; 40,74% com 2º grau de outros 34,26% com 3º grau.

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos produtores rurais entrevistados são as culturas de milho, soja e leite, sendo que o cultivo do milho é praticado em 31,47% das propriedades, seguida pela cultura de soja com 30,07% e o leite em 14,69%. A cultura do trigo aparece em 7,69% das propriedades e a suinocultura em 6,29%; a avicultura em 2,80% e outras atividades corresponde a 6,99%.

Constatou-se que a maioria, 59,18% dos produtores entrevistados apresenta um faturamento médio bruto anual inferior a R\$ 50.000,00, sendo distribuídos da seguinte forma: 2,04% até R\$ 3.600,00; 4,08% de R\$ 3.600,00 a R\$ 6.000,00; 2,04% de R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00; 12,24% de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00; R\$ 38,79% de R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00. Ainda, 20,41% obtêm renda anual de R\$ 50.000,00 a R\$ 100.000,00; outros 6,12% de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00; 4,08% de R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00; 4,08% de R\$ 200.000,00 a R\$ 400.000,00 e 6,12% com faturamento bruto anual superior a R\$ 400.000,00, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Faturamento anual

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Menos de R\$ 3.600,00	2,04
R\$ 3.600,00 a R\$ 6.000,00	4,08
R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00	2,04
R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00	12,24
R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00	38,79
R\$ 50.000,00 a R\$100.000,00	20,41
R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00	6,12
R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00	4,08
R\$ 200.000,00 a R\$ 400.000,00	4,08
Mais de R\$ 400.000,00	6,12
Total	100

Este resultado comprova que os produtores rurais da região são em sua maioria, consideradas pequenas ou médias, tanto pelo faturamento como pela área das propriedades.

Questionados sobre a diversificação de culturas, 78% dos entrevistados disseram que elaboram um planejamento para a diversificação de culturas. Outros 22% responderam que não fazem planejamento para diversificar as culturas. Conforme mostra a Tabela 5 os motivos que levam os agricultores a diversificar as suas atividades, em ordem de importância são: 40,69% visam maior rentabilidade; 25,58% para a preservação do solo; 15,12% utilização de infra-estrutura já existente; 8,14% por linhas de financiamento; 6,98% por menor utilização de mão-de-obra e 3,49% por outros motivos.

Tabela 5 – Critérios considerados para diversificação de culturas

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Maior rentabilidade	40,69
Preservação do solo	25,58
Utilização da infra-estrutura já existente	15,12
Linha de financiamento	8,14
Menor utilização de mão-de-obra	6,98
Outros	3,49
Total	100

Outro fato abordado é a questão dos controles e métodos utilizados para manter e controlar suas atividades: 46,00% fazem o controle de forma informal, ou seja, apenas um controle através da memória; 38,00% anotam tudo em um caderno; 10,00% possuem contador próprio; 4,00% utilizam-se da ferramenta Excel para a atividade e 2,00% dos entrevistados se utilizam de outros métodos, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Métodos de controles utilizados pelos entrevistados

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Informal	46,00
Anota num caderno	38,00
Possui contador próprio	10,00
Planilha do Excel	4,00
Outro	2,00
Sistema informatizado	–
Total	100

Os dados mostram que 40,00% dos entrevistados possuem acesso à Internet na propriedade enquanto que 60,00% não possuem esta ferramenta em suas propriedades. Em relação ao número de entrevistados que possui assessoria contábil para a gestão das atividades rurais, constatou-se que 83,67% da amostra não possuem, enquanto que somente 16,33% afirmaram possuir. Dos entrevistados que possuem assessoria contábil, 87,50% a recebem através de escritórios e 12,50% possuem contador próprio.

De acordo com Tabela 7 os produtores rurais que possuem assessoria contábil foram questionados sobre os benefícios obtidos após a implantação da mesma: 33,34% dos produtores destacaram que a adoção desta prática possibilita um maior controle dos custos de produção; 25,00% colocam que a assessoria lhes beneficia com informações precisas para a tomada de decisões; 25,00% justificam que após a utilização da contabilidade como ferramenta de apoio, houve uma redução considerável dos custos das atividades da propriedade; 8,33% afirmam que a assessoria contábil possibilitou um planejamento de atividades com base na lucratividade e 8,33% responderam que obtiveram outros benefícios após a implantação da mesma.

Tabela 7 – Benefícios obtidos com assessoria contábil

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Maior controle dos custos de produção	33,34
Informações precisas para tomada de decisão	25,00
Possibilitou redução de custos	25,00
Possibilidade de planejamento com base na lucratividade	8,33
Outros	8,33
Total	100

Dos entrevistados que não possuem assessoria contábil, 19,57% tem interesse em adotar uma assessoria contábil rural, citando como justificativas o maior controle de custos, planejamento e gerenciamento das atividades, auxiliando na tomada de decisões e consequentemente aumento da lucratividade.

80,43% dos entrevistados que não possuem assessoria contábil, disseram não ter interesse em adotar este tipo de serviço, alegando ser algo que iria onerar muito as atividades, justificando que as propriedades são pequenas, e que o controle que atualmente possui é suficiente. Percebe-se também nas respostas uma grande barreira para adoção desta prática.

Não obstante e conforme Tabela 8, questionou-se sobre de que maneira se deu o aumento patrimonial dos últimos 10 anos: 43,14% obtiveram com renda própria e financiamento; 39,22% com renda da própria atividade; 11,76% com renda de diversificação de culturas e 5,88% com renda oriunda de outras fontes.

Tabela 8 - Origem do aumento patrimonial dos últimos 10 anos

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Renda Própria e financiamento	43,14
Renda própria atividade	39,22
Diversificação de culturas	11,76
Outros	5,88
Financiamento	
Total	100

Ainda, aos mesmos, questionou-se sobre a adoção de um sistema de custo integrado à contabilidade, e os resultados mostram que 96% não possuem este tipo de técnica em suas propriedades e apenas 4% a utilizam.

Já em relação à tomada de créditos destinados a investimentos, ou seja, que se destinam ao desenvolvimento de uma atividade produtiva, onde os benefícios se estendam por mais de um período, 72% dos entrevistados disseram já ter tomados financiamentos desta natureza e outros 28% nunca obtiveram.

Dos entrevistados que já se beneficiaram com créditos para investimento, 24,68% obtiveram no ano de 2008; 15,58% em 2007; 16,88% em 2006; 12,99% em 2005; 27,27% em 2004 e outros 2,6% em períodos anteriores, como apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 - Períodos de contratação dos créditos

<i>Composição</i>	<i>%</i>
2008	24,68
2007	15,58
2006	16,88
2005	12,99
2004	27,27
Outros períodos	2,60

A justificativa dos mesmos por terem tomado estes financiamentos, foram, conforme Tabela 10, em ordem de importância: 47,17% para proporcionar melhorias nas atividades, através da substituição ou modernização de máquinas e equipamentos; 22,64% identificaram a necessidade e uma alternativa para se manter na atividade; 16,98% para ampliar a receita familiar e/ou ter mais uma alternativa de renda; 11,32% justificaram a procura por taxas de juros e prazos atraentes e outros 1,89% por outros motivos não especificados

Tabela 10 – Motivos para busca de créditos para investimentos

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Melhoria na atividade (substituição de máquina/equipamento)	47,17
Necessidade/ alternativa para se manter na atividade	22,64
Ampliar a receita da família e/ou ter mais de uma alternativa de renda	16,98
Recursos com taxas de juros atraentes	11,32
Outro	1,89
Total	100

Estes créditos foram investidos nas seguintes atividades: 50% na aquisição de máquinas e equipamentos; 25% na atividade de pecuária leiteira; 11,54% na suinocultura; 3,84% na avicultura e outros 9,62% em outras atividades. Dados verificáveis na Tabela 11.

Tabela 11 – Destinação dos créditos de investimentos

<i>Composição</i>	<i>%</i>
Máquinas e equipamentos	50,00
Pecuária leiteira	25,00
Suinocultura	11,54
Outros	9,62
Avicultura	3,84
Piscicultura	–
Horticultura	–
Fruticultura	–
Total	100

Observa-se que a maioria dos produtores buscou financiamentos no PRONAF, o que reforça a necessidade do associativismo e ou cooperativismos considerando a sua finalidade que segundo Protil, Fernandes e Souza (2008), são sociedades de pessoas que se unem em uma organização visando à satisfação de necessidades comuns.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivo geral verificar a aderência à utilização de controles pelos gestores do agronegócio de pequenos e médios produtores rurais na região oeste do estado do Paraná para a gestão de suas atividades. Os objetivos específicos visam estudar controles para a gestão das atividades rurais, o agronegócio em pequenas e médias empresas rurais e linhas de crédito disponíveis. Sendo a questão chave: os gestores das pequenas e médias empresas rurais utilizam de controles na gestão de suas atividades para tomar decisões ao realizarem investimentos?

Conclui-se com base nos dados coletados que os pequenos e médios produtores rurais já adotam métodos de controle para gestão de suas atividades, mas um número pequeno. A grande maioria ainda administra suas atividades na informalidade e/ou com anotações em um caderno.

Verificou-se por meio da revisão da literatura que existem diversas linhas de crédito disponíveis para o financiamento das atividades de pequenos e médios produtores rurais, tanto para custeio quanto para investimentos. Da mesma forma, constatou-se que cem por cento dos produtores já buscaram financiamento para algum tipo de investimento.

Constatou-se também que são poucos os que utilizam de assessoria contábil para a gestão de suas atividades. Os que a utilizam mencionam como benefícios um maior controle de custo de produção e informações precisas para a tomada de decisões, além disso, proporcionou uma redução dos custos das atividades da propriedade. Mencionam também que a assessoria contábil possibilitou um planejamento de atividades com base no lucro.

Conclui-se, portanto, que ainda há uma resistência muito grande, por parte dos pequenos e médios produtores rurais em adotar a contabilidade como ferramenta de gestão. Neste contexto, entende-se que um trabalho pela classe contábil seria útil para mostrar a importância desta ferramenta para a gestão das atividades.

REFERÊNCIAS

Atkinson, A. et. al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.

<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2007/pronaf.asp?idpai=relrural2007>> Acesso em: 03/06/2009.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 2004.

BEUREN, I. M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 195 p.

BIO, S. R. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o Crédito Rural. Brasília – Df, 05 de nov. 1965. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4829.htm>. Acesso em: 07/06/2009.

- CALDERELLI, A. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003. v.1.
- CASSARRO, A. **Sistemas de informações para tomada de decisões**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. S.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HAIR, J. F. JR. Et. al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookmann, 2005.
- HORNGREN, T. C. **Contabilidade de custos: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 1989.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEONE, G. S. G. Curso de **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MARION, J. C. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NEPOMUCENO, F. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB – Thomson. 2004.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2010/2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/planosafranet.pdf>>. Acesso em 05/01/2011.
- PORTUGAL, A. D. O Desafio da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189>. Acesso em 02/05/09.
- PROTIL, R. M. FERNANDES, A. da C.; SOUZA, A. B. K. Avaliação da pesquisa Agropecuária em Cooperativas Agroindustriais Utilizando um Modelo de Scorecard Dinâmico; In: V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo. Anais... Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, 06-08 de agosto 2008.
- SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C. **Administração de custos na agropecuária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SELL, G. K. Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas: um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- VALLE, F. **Manual de contabilidade agrária**. São Paulo: Atlas, 1987.